



Entre o estudo, as orações e o aprendizado do trabalho: uma abordagem sobre a educação das internas do Asylo Coração de Maria de Rio Grande/RS, entre os séculos XIX e XX

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.41470>

Hardalla Santos do Valle

Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. E-mail: hardalladovalle@gmail.com

Giana Lange do Amaral

Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil. E-mail: gianadoamaral@gmail.com

Palavras-chave: Instituição educacional católica, educação de meninas desvalidas, ensino de ofícios, cultura escolar.	Resumo: Este texto tem por objetivo abordar a educação de meninas desvalidas, que era efetivada no Asylo Coração de Maria, na cidade do Rio Grande/RS, desde sua criação em 1860. Entre os elementos analisados, estão a fundação da instituição e sua rotina de escola católica. Como suporte teórico-metodológico, evocamos a História Cultural, visando à análise de jornais, livros de matrículas, regimento interno e relatórios. Conclui-se que existiam tensões entre as normas e as práticas institucionais, bem como que o incentivo do ensino profissionalizante visava proporcionar opções de vida às meninas para além do casamento e do cuidado do lar.
Key words: Catholic educational institution, education of underprivileged girls, teaching of crafts, school culture.	Between study, prayers and work learning: an approach on the education of the interns of the Asylo Heart of Mary of Rio Grande / RS, between the nineteenth and twentieth centuries Abstract: This text aims to address the education of underprivileged girls, which was carried out in the Asylo Coração de Maria, in the city of Rio Grande / RS, since its creation in 1860. Among the elements analyzed are the foundation of the institution and its school routine catholic As a theoretical-methodological support, we invoke Cultural History, aiming at the analysis of newspapers, enrollment books, internal regulations and reports. It was concluded that there were tensions between institutional norms and practices, and that the incentive of vocational education aimed at providing options for girls beyond marriage and home care.
Palabras clave: Institución educativa católica, educación de niñas desvalidas, enseñanza de oficios, cultura escolar.	Entre el estudio, las oraciones y el aprendizaje del trabajo: un enfoque sobre la educación de las internas del Asylo Corazón de María de Rio Grande / RS, entre los siglos XIX y XX Resumen: Este texto tiene por objetivo abordar la educación de niñas desvalidas, que era efectiva en el Asylo Corazón de María, en la ciudad de Rio Grande / RS, desde su creación en 1860. Entre los elementos analizados, están la fundación de la institución y su rutina de escuela Católica. Como soporte teórico-metodológico, evocamos la Historia Cultural, buscando el análisis de periódicos, libros de matrículas, regimiento interno e informes. Se concluye que existían tensiones entre las normas y las prácticas institucionales, así como que el incentivo de la enseñanza profesional pretendía proporcionar opciones de vida a las niñas más allá del matrimonio y del cuidado del hogar.
Artigo recebido em: 28/01/2018. Aprovado em: 15/08/2018	

Introdução

É importante destacar, inicialmente, que Rio Grande é o mais antigo município do estado gaúcho e constituiu-se a partir da disputa entre portugueses e espanhóis pelo território ao sul do Brasil. Com o objetivo de garantir a posse das terras aos portugueses foi criado, em 1737, o Forte Jesus Maria José, um presídio, que deu origem à colônia militar “Rio Grande de São Pedro”. Este nome deveu-se à sua localização, onde a Lagoa dos Patos desemboca no Oceano Atlântico. Há que se ressaltar que esta foi, também, a primeira denominação do atual estado do Rio Grande do Sul. O lugar era muito estratégico, pois com o estabelecimento de estâncias de gado (atividade econômica pioneira no sul do Brasil), esta colônia localizava-se no meio do caminho por terra entre os dois povoados portugueses, Laguna (em Santa Catarina) e Colônia do Sacramento (hoje no território uruguaio).

A cidade do Rio Grande, que possui o único porto marítimo gaúcho, desde século XIX já se configurava como um espaço urbano consolidado. Com a economia regional baseada na pecuária e na produção do charque, a existência desse porto foi fundamental para a exportação da produção gaúcha, bem como para ingresso de produtos manufaturados consumidos na província. Com a Primeira Guerra Mundial, a economia do município cresceu, embora a constituição de seu parque fabril remetesse à década de 1870.

Como afirma Pesavento (1984, p. 76) na fase pré-guerra, a indústria rio-grandense ficou de certa forma resguardada da penetração da indústria paulista, por em função do alto custo dos transportes e da concentração de capital em São Paulo. Durante a Primeira Guerra Mundial, com o bloqueio do comércio internacional, eliminou-se a concorrência dos manufaturados estrangeiros. No Brasil seguiu-se a inflação e desvalorização da moeda. Diante de tais estímulos, ocorreu um surto industrial no Rio Grande do Sul, com a implantação de novas fábricas. Setorialmente, nesse período, a indústria apresentou uma grande diversificação, concentrando-se nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias e Vale dos Sinos.

Assim, ao longo das primeiras décadas da República, a elite rio-grandina aproveitou a movimentação econômica para consolidar sua posição sociocultural. Concomitantemente, formou-se uma massa operária que coabitou na zona urbana, em vilas industriais ou cortiços em precárias condições. Rio Grande era considerada uma das mais sujas e infectas cidades do estado. As habitações insalubres, carentes de saneamento básico, assim como o seu caráter portuário, resultavam em um espaço citadino vulnerável à prostituição, à entrada de doenças e às epidemias¹.

Em relação à esfera educacional, Loner (2001), no seu livro “Construção de classe:

¹ Entre as várias epidemias e doenças que afetaram Rio Grande nas duas primeiras décadas do século XX, como a sífilis e a tuberculose, a que maior repercussão foi a Gripe Espanhola, em 1918. Para saber mais, ver: TORRES (2009).

operários de Pelotas e Rio Grande”, afirma que o ensino era visto, pela camada privilegiada da sociedade rio-grandina, como a grande arma de capacitação e qualificação do trabalho. E que esse, por sua vez, era considerado indispensável para o progresso. Já os sujeitos com pouco poder aquisitivo, consideravam a educação como meio para sua independência, pois acreditavam que somente através do estudo poderiam vislumbrar a mudança de sua situação, seja individualmente, pela ascensão social, seja coletivamente, pela conscientização e organização para a luta.

Nesse contexto de consolidação econômica da cidade de Rio Grande, na segunda metade do século XIX foi criado o Asylo Coração de Maria, identificado em vários documentos institucionais, como “um lugar construído para amparar e educar as meninas que não tiveram sorte na vida”. Sob a tutela das irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria e com o amparo financeiro do poder público municipal e de fiéis católicos, este asilo foi responsável pela instrução e cuidado das meninas desvalidas da cidade do Rio Grande/RS do ano de 1863 até o final da década de 1960².

Desde sua criação, o asilo tinha por

² Em 1951 houve um incêndio onde o asilo funcionava. No final da década de 1950 foi construído outro prédio. Neste local, o nome da instituição foi alterado, bem como suas prioridades. Sua denominação passou a ser Educandário Coração de Maria, com maior foco no ensino primário havendo redução na assistência de meninas. A Instituição ainda existe, com ensino fundamental para ambos os sexos. Hoje não atua mais como um abrigo de meninas em situação de vulnerabilidade

objetivo propiciar uma educação ampla às recolhidas, ministrando-lhes noções escolares e domésticas. O acolhimento era pautado por uma série de critérios, acertados entre a diretoria e as irmãs, e fundamentados pelo regimento interno. Cabia às irmãs, a averiguação destes critérios e o aceite ou não das meninas.

De acordo com o regimento, eram passíveis de ser internas, crianças do sexo feminino que fossem órfãs de pai e mãe, ou que as famílias estivessem impossibilitadas de prover as condições mínimas à sua existência. Elas deveriam ter de quatro a dez anos e ser desprovidas de impedimento moral³. Passavam por exames médicos para comprovar que não sofriam de alguma moléstia. Também tinham que ingressar vacinadas. O número de internas era fixado em quarenta, podendo ser aumentado apenas por decisão do Conselho.

O Conselho era constituído por quinze membros, com mandatos de três anos, escolhidos em assembléia, entre os contribuintes mais dedicados, de boa moral e representação social.

Ao completarem dezoito anos, as meninas deviam deixar o estabelecimento. Situação que, segundo os relatórios institucionais, deixava as irmãs preocupadas com o destino das garotas.

É digno de nota que esta instituição foi a única destinada exclusivamente ao amparo de

³ O regimento interno do asilo não especifica o que seria um “impedimento moral” dessas crianças. A partir do trabalho de pesquisa, uma hipótese que se postula é que este critério seria configurado subjetivamente pelas irmãs que eram responsáveis pelo acolhimento.

meninas na cidade do Rio Grande. Existiam duas instituições de amparo aos meninos, a Escola de Artífices da Marinha (1861 a 1922) e o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios Leão XII (1902 a 1966).

Há poucas informações sobre o funcionamento do Asylo Coração de Maria. Atualmente, encontram-se menções acerca da existência desta instituição apenas nas pesquisas de Sentana e Moura (1989), Bortoluzzi (1996), Maciel (2002) e Caldeira (2014).

Assim sendo, questões que norteiam o presente trabalho dizem respeito às características do ensino ministrado às internas do Asylo Coração de Maria, destacadamente àquele voltado para a sua formação cristã de mulheres trabalhadoras.

Nesse estudo, a História Cultural foi utilizada como bússola teórico-metodológica. Tal escolha deve-se à sua abrangência e vasta gama de possibilidades de análises e de fontes. Burke (2008), ressalta que a História Cultural ampliou o território da pesquisa histórica, mostrando os limites das abordagens anteriores e as possibilidades de se pesquisar temas que antes eram invisíveis. Chartier (2009), aponta que ela tem como principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Pode-se dizer assim, que a História Cultural respalda a análise do passado, suas formas discursivas e imagéticas pelas quais os homens expressam a

si próprios e o mundo.

É de conhecimento geral, que o historiador envereda por um processo de leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, velados para ele, dados os filtros que o passado interpõe. Segundo Pesavento (2004), este seria o grande desafio da História Cultural. O que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimentos em construções do real, que não são os seus do presente. A rigor, o pesquisador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele. Nesse sentido, Pesavento (2004, p.16), aponta que pela lente da História Cultural, “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”. Logo, não existe verdade absoluta. O máximo que se pode atingir é a construção de versões históricas possíveis, aproximadas daquilo o que teria ocorrido⁴.

Ao ampliar as dimensões, incorporando aspectos culturais, aos estudos de fatos políticos, sociais, econômicos, políticos, entre outros, a História Cultural também propiciou a ampliação de problemas, de temas e de documentos à pesquisa histórica.

Luchese (2014) sublinha que a ampliação da noção de documento produziu

⁴Cabe mencionar que Certeau (1997), Le Goff (2003), Fonseca (2008), Barros (2008 e 2013), Samara e Tupy (2010) e Matos (2013) também compõem os referenciais teórico-metodológicos, sobre a História Cultural, desta pesquisa.

necessidades novas e alterou práticas de pesquisa, ressignificando e produzindo novos matizes historiográficos. Processo que foi agregador à historiografia da educação, porque a ampliação do campo documental viabilizou a investigação de inúmeras arestas dos processos educacionais do passado, contribuindo à tarefa de captar, em outros níveis, a diversidade sociocultural.

As categoria instituições educacionais (Magalhães, 1998 e 2004) e cultura escolar (Julia, 2012) amparam análises sobre esta escola no que tange às ações educacionais na escola, seja na influência sobre os seus ritos, na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares. O conceito de cultura escolar dá a ver os modos de pensar e atuar que proporcionaram aos seus componentes estratégias e pautas para desenvolverem-se tanto nas aulas como fora delas e integrarem-se na vida cotidiana.

O ensino de ofícios é respaldado na ideia de educação para o trabalho que viabiliza a análise do trabalho como cerne do processo educativo desenvolvido nas oficinas. Como ressalta Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014), o trabalho pode ser considerado uma práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas também no âmbito da arte, da cultura, da linguagem e dos símbolos, o mundo como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades. As escolas de ensino de ofícios surgiram a partir de iniciativas ora de

associações civis, ora do próprio aparelho de Estado, ora, ainda, do entrecruzamento de ambas (CUNHA, 2005). Nesse panorama, estavam engendrados princípios educativos, que podem ser definidos não só como técnicas do processo de aprendizagem, mas como princípios éticos e políticos, ou seja, ideológicos. E são esses, que servirão como suporte para a compreensão do ensino de ofícios na cidade do Rio Grande, seus objetivos e resultados.

A infância desvalida⁵ é também uma categoria que irá apoiar o estudo das subjetividades daqueles que eram considerados “expostos”. É interessante enfatizar que os termos infância desvalida, infância abandonada, jovem delinquente, crianças enjeitadas e os usos da categoria *menor*, emergiram em processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais. Schueler (2009), afirma que a própria existência dessas adjetivações já aponta para as diferenças e desigualdades que faziam parte da vida dos indivíduos que eram denominados por esses termos, assim como para a diversidade de projetos e iniciativas educacionais destinadas aos sujeitos em condições plurais, e desiguais, da experiência humana.

Os documentos que sustentam este estudo fazem parte do acervo do Educandário Coração de Maria (livros de matrícula, relatórios das irmãs responsáveis e regimento interno da instituição) e da Biblioteca Rio-grandense (regimento da Santa Casa de Misericórdia e jornal Echo do Sul).

⁵São referências dessa categoria: Rizzini (2000, 2004 e 2009), Santos (2000), Venâncio (2010)

Nas linhas que seguem, será apresentado primeiramente como ocorreu a fundação do Asylo Coração de Maria. Logo após, serão analisadas informações sobre a educação das internas e a existência do ensino profissionalizante. Busca-se assim, partilhar reflexões que possam contribuir aos estudos sobre educação católica, educação feminina e ensino profissionalizante num contexto regional no âmbito da História da Educação.

O Asylo Coração de Maria

No ano de 1858 são iniciadas nos jornais rio-grandinos algumas discussões, acerca da necessidade de que fosse criada uma instituição que cuidasse da educação e do auxílio das menores abandonadas. Entre os argumentos apresentados para angariar apoio financeiro para esta ideia, o principal era a urgência de se ampliar o trabalho que era realizado pela Casa da Roda dos Expostos⁶. Outro argumento era a descrição da “boa iniciativa” de Pelotas, cidade vizinha. Lá foi fundado, em 1855, o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição⁷.

De acordo com Sentana e Moura (1989,

⁶ A Casa da Roda dos Expostos era um local, situado na antiga Rua da Praia (atual Marechal Floriano), cedido pela câmara municipal de Rio Grande para assistência dos menores que eram abandonados no Hospital Santa Casa. Essa casa era administrada pelos membros gestores do Hospital Santa Casa. Para maiores informações: TORRES (2006)

⁷ O Asilo Nossa Senhora da Conceição foi criado em Pelotas no ano de 1855, com o intuito de acolher meninas desvalidas. Grande parte de seus colaboradores eram membros da maçonaria. Para maiores informações ver: MACIEL (2002) e CALDEIRA (2014).

p.13), o Major Miguel Tito de Sá foi quem mais lutou pela criação de um asilo de meninas em Rio Grande. Ele era carioca e foi enviado para esta cidade como Major da Guarda Nacional. Em Rio Grande, alcançou notoriedade como empresário, presidente e diretor da Câmara de Comércio, da Cia. União Fabril e da Santa Casa. Cabe salientar ainda, que ele ocupava o cargo de Inspetor de Instrução Pública e era maçom.

Sendo Miguel Tito Sá um dos diretores, membro da diretoria da Santa Casa, também era um dos gestores da Casa da Roda dos Expostos. O que nos conduz à hipótese de que seu empenho na construção de um asilo de meninas era movido, também, por uma demanda institucional, uma vez que, não havia um lugar destinado apenas a elas.

No regimento do ano de 1860 da Santa Casa de Misericórdia, está posto que:

[...] Desde que a Santa Casa tomou a seu cargo curar dos expostos, até 30 de junho de 1860, vieram à roda 139 crianças, 11 com aquelas duas que recebeu da Câmara, e mais 11 que a roda recebeu neste último ano compromissal, fazem o número de 152; sendo 78 do sexo feminino e 74 do masculino; 121 brancos, 23 pardos e 8 pretos. Foram reclamados por seus parentes 9, ficaram maiores e a cargo das pessoas que os criaram 36, faleceram 81, existindo agora 26. Destes últimos, 15 são do sexo feminino e 11 do masculino; 23 brancos e 3 pardos (REGIMENTO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1860, s/p)

Em relação a estes dados, havia predomínio de crianças brancas deixadas na roda. O que segundo Silva (1988) era um perfil comum no Brasil desde o período colonial, relacionado mais com a má honra das mães

solteiras brancas do que com as dificuldades enfrentadas por um casal pobre para criar os filhos. Sobre esse ponto, Torres (2006) ressalta que, em um período de escravidão, mesmo que os progenitores negros quisessem abandonar seus filhos, seria difícil. Isso, dado à vigilância dos senhores às grávidas, uma vez que, o nascimento de um filho de escrava representava o aumento de seu plantel de escravos

A fundação do Asylo Coração de Maria ocorreu em uma reunião, anunciada publicamente nos jornais, aberta a todos aqueles que estivessem interessados em seu funcionamento. Nesta reunião, a primeira medida efetivada foi a eleição de uma diretoria para organizar e dar andamento aos trâmites burocráticos para a criação da instituição. A presidência dessa diretoria ficou a cargo do Major Miguel Tito de Sá, a vice-presidência ao Dr. Pio Angelo Da Silva⁸, a secretaria ao Sr. Joaquim Ribeiro da Silva⁹ e a tesouraria ao Sr. Zeferino Alves Azambuja¹⁰. Todos homens de destaque na comunidade rio-grandina.

A partir de contribuições financeiras de

indivíduos de maior poder aquisitivo e do poder público local, em 1862, foi comprado um prédio para a instituição situado nas proximidades da Praça Sete de Setembro. Sentana e Moura (1989) enfatizam que, mesmo existindo um prédio e as condições de renda necessárias, a inauguração do asilo foi sendo adiada até que se conseguisse uma congregação religiosa que se responsabilizasse pelo cuidado das meninas.

Assim sendo, em novembro de 1862, chegaram de Pelotas as religiosas Helena, Gabriela e Filomena da Congregação do Imaculado Coração de Maria¹¹. Segundo Bortoluzzi (1996), essas religiosas haviam sido desligadas do Asilo Nossa Senhora da Conceição de Pelotas, devido às suas ideias “subversivas”, que eram incentivadas pela diretoria maçônica daquela instituição. Ideias estas, que teriam ido contra as concepções das suas colegas de congregação em Pelotas, mas que muito combinavam com o perfil da nova instituição almejada pela diretoria rio-grandina. Provavelmente, as três religiosas enviadas a Rio Grande foram escolhidas em um acerto entre as diretorias desses dois asilos. Ambas, de acordo com Sentana e Moura (1989), compostas por maçons com destacadas posições socioeconômicas e culturais.

Em Rio Grande, o primeiro trabalho realizado pela diretoria do Asylo e pelas religiosas foi a criação de um regimento interno - regimento este que se manteve até a década de 1960. Por ele, ficou decidido que o corpo

⁸ Dr. Pio Ângelo da Silva nasceu em Rio Grande no ano de 1818. Prestou à República Rio-grandense serviços de Enfermagem durante a Revolta dos Farrapos. Tornou-se médico no Rio de Janeiro. Ao voltar para sua cidade natal atingiu certo destaque, não só pela sua cultura como também pelos seus constantes atos de benemerência e caridade, ficando conhecido como “Pai dos pobres” (NEVES, 1980).

⁹ Joaquim Ribeiro da Silva foi um comerciante de sucesso. Membro fundador da Sociedade União Comercial dos Varejistas de Rio Grande, em 1888 (NEVES, 1980).

¹⁰ Zeferino Alves Azambuja foi um empresário rio-grandino. Foi diretor da Companhia de seguros marítimos e terrestres Perseverança, que atuava em Rio Grande entre as décadas de 1860 a 1900 (SENTANA e MOURA, 1989).

¹¹ Mesma congregação que cuidava dos desvalidos do Asilo Nossa Senhora da Conceição.

docente da instituição seria escolhido e coordenado por uma irmã diretora. A ela, também caberia a tarefa de determinar se seriam leigas ou não suas auxiliares. Outras funções que lhe competiam, eram a administração interna do Asylo e o cuidado com a educação moral das acolhidas. À diretoria, ficou estabelecido o compromisso de deliberar ou decidir, ouvindo o Conselho, em todos os casos que não estivessem previstos no regimento; a responsabilidade de manter o equilíbrio entre a despesa e a receita; de assegurar todos os bens da instituição e de renovar todos os seguros (REGIMENTO INTERNO, 1862).

De acordo com Sentana e Moura (1989), após a criação deste asilo, muitas meninas que residiam na Casa da Roda dos Expostos foram enviadas para lá. Esta instituição propiciou, assim, um alargamento da tutela de uma infância enjeitada, que antes poderia residir na Casa da Roda dos Expostos apenas até os doze anos.

Um aspecto interessante sobre o ingresso das acolhidas é a existência de um sistema de indicação, que não estava previsto no regimento, e que revela a ocorrência de certa seleção das meninas. Além das famílias que lá as deixavam, Sentana e Moura (1989) sinalizam que muitas desvalidas eram colocadas no Asylo a pedido de membros da diretoria. Situação que foi confirmada a partir da análise de livros de matrícula dos anos de 1900 a 1930.

Livro de matrícula do Asylo Coração de Maria (1916)

28

MATRICULA

Maria Joasina Terra filha de Virgílio Terra
 nascida no dia 23 de Junho 1907, na cidade do Rio Grande do Sul
 entrou para este Asylo no dia 6 de Janeiro de 1916
 Recomendada ao Asylo por pedido de Sr. Dr. Affonso Corrêa

Exame medico.
 Presidência do Sr. Dr. Affonso Corrêa

Dia	Mez	Anno	Observações
3			O pai desta menina ausentou-se da cidade deixando as filhas sem recursos; é irmã de Dorvalina Terra.
			Foi retirada do Asylo, no dia 11 de Dezembro de 1919, por seu padrinho Dr. Affonso Corrêa.

E. Silva
Procurador

Fonte: acervo do Educandário Coração de Maria.

Nesta página de um dos livros, pode-se observar que uma menina de nove anos, chamada Maria Joasina Terra, sem que tenha a identificação do nome da sua mãe, ingressou no Asylo, no dia seis de janeiro de 1916, indicada por um dos diretores, tendo como padrinho, Affonso Corrêa. Diferentemente da maioria, ela não passou por exames médicos para ser aceita. Consta nas observações do documento que o pai se ausentou da cidade, deixando a menina e sua irmã, Dorvalina Terra, sem recursos. É apontado ainda que Maria foi retirada do Asylo três anos depois pelo seu padrinho. Provavelmente, na falta dos pais, Maria passou a ser agregada à família de Affonso para realizar trabalhos domésticos não remunerados. Esta era uma

situação muito comum até meados do século XX.

Nenhuma asilada que foi indicada por diretores ou seus parentes têm registro de avaliação médica. O que evidencia que as vagas nem sempre eram ocupadas a partir dos critérios estabelecidos no regimento interno, bem como que o pedido prévio de auxílio a alguém com representatividade institucional, facilitava o ingresso.

Com o passar dos anos também ocorreu no espaço do Asylo o ensino primário para alunas externas. Eram meninas que moravam com suas famílias e que pagavam uma mensalidade pelo ensino recebido. Contudo, por falta de estrutura predial, eram admitidas apenas 27 externas (Sentana e Moura, 1989).

Sobre o encerramento das atividades desta Instituição, aponta-se que foi associado ao incêndio que houve em 1951. Nesta ocasião, muitos documentos foram perdidos. Entre aqueles que foram salvos, estão os relatórios das irmãs responsáveis pela instituição, que permitem – através das narrativas construídas – a constituição de fragmentos sobre o dia a dia dessas asiladas.

Cabe salientar que, de acordo com Julia (2012, pág. 10) a cultura escolar pode ser descrita como um “conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Tendo como âncora de estudo este conceito, é que

analismos os relatórios - dos anos de 1903 a 1950 - que estão arquivados no Educandário Coração de Maria, para remeter a aspectos da cultura escolar que envolvem a normatização e a educação efetivada nesta Instituição.

É importante destacar que esta análise traz aspectos singulares da educação ministrada em um período de longa duração de uma instituição asilar de ensino. Deve-se estar atento para o fato de que múltiplas mudanças ocorreram no contexto internacional, nacional e local no decorrer do tempo que abrange o estudo. No entanto, não temos aqui como objetivo elencar as transformações e permanências estruturais e conjunturais daí advindas, mas sim sinalizar que o crescente processo de urbanização e o interesse de segmentos sociais e da Igreja Católica refletiram na constituição, manutenção e das práticas observadas da instituição analisada.

Amparo, educação e trabalho

A rotina das meninas do Asylo Coração de Maria tinha como pilares: a religiosidade, a submissão, a obediência e o preparo para o trabalho. Todavia, Rizzini (2009) destaca que embora houvesse a busca por imposição de modelos educacionais aos asilos, por outro lado, campos de negociação emergiam diante das pressões e das formas de apropriação engendradas, podendo levar à reorientação das práticas institucionais previstas.

No caso da instituição abordada, sobre as

normas de conduta diária, pode-se afirmar que muitas estavam legitimadas pelo regimento interno, mas outras surgiram de necessidades impostas pela rotina institucional. Assim, aflora um paralelo entre as regras “explícitas” e “implícitas”, ou seja, entre as normas exigidas em documento e as normas que eram apropriadas nas relações de poder disciplinar.

De acordo com os relatórios das irmãs, todas as manhãs as asiladas eram acordadas com a frase: “Vinde, louvemos ao senhor”, ao que deviam responder: “Louvado seja o seu santo nome”. E assim, desde o início do dia, a religiosidade continuava permeando as atividades.

As meninas estendiam as camas, realizavam a higiene pessoal e logo passavam às orações da manhã. Ao sinal, formavam fila e se dirigiam para a capela. Lá deviam rezar em silêncio. Ao sair da capela se dirigiam ao refeitório. Antes de se acomodar à mesa, faziam outra oração. A refeição deveria ser realizada com a máxima atenção às regras de etiqueta.

Observa-se que as práticas religiosas estavam imbricadas com o recato e o respeito que se esperava das meninas (SOUZA, 2011). O controle não se dava só no campo da moral, mas também em relação ao controle do seu próprio corpo e de suas vontades. As meninas eram sistematicamente vigiadas e corrigidas em todas as suas atitudes e manifestações.

Ao entrar nas salas de aula, as asiladas já eram instruídas a permanecer em silêncio e atentas. A organização era um fator importante

para as religiosas por isso enfatizava-se às meninas o cuidado para não causar danos aos objetos utilizados em sala de aula. Diariamente, eram revisadas as carteiras para verificar se nada faltava e se estava tudo organizado. No horário que não frequentavam as aulas, as acolhidas tinham o seu tempo dividido entre serviços domésticos, artes, culinária, trabalhos manuais e estudo.

Em um lugar com uma rotina rigidamente disciplinada, pode-se supor que as jovens tentavam burlar as regras de alguma maneira. Este fato que se confirma nos relatórios por meio da menção de que algumas internas eram “mais difíceis de lidar”. Vidal e Schwartz (2010), chamam a atenção para o fato de que as instituições não são apenas locais de transmissão de conhecimentos, de inculcação de comportamentos, mas são também lugares de resistências, de ressignificações, pois normas e práticas são ações humanas criativas, ativas e, desse modo, estão imbricadas com a lógica social.

Para conseguir impor obediência, submissão, e uma lógica de poder hierárquica, as religiosas se valiam de meios de correção como: aviso de advertência em particular e/ou em público, notas de disciplina, aviso feito pela madre superiora em particular e na presença de algum responsável (se houvesse). A última medida era a ameaça e a efetivação da exclusão definitiva do Asylo.

Sentana e Moura (1989) afirmam que, para não sofrer algum tipo de constrangimento

ou punição, as acolhidas deveriam observar cautelosamente e se adequar a conduta prescrita.

Entre essas, estava a obrigatoriedade de tratar com respeito e grande veneração a madre superiora; falar com as irmãs sempre em pé e ao encontrarem qualquer pessoa deveriam cumprimentar apenas com um inclinar de cabeça, colocando-se de lado para a mesma passar. Era proibido introduzir no Asylo livros, revistas, jornais e músicas sem o consentimento prévio das religiosas, bem como passar bilhetes de qualquer espécie. Fora do recreio, deveriam guardar silêncio em todo o lugar, não devendo as meninas darem ociosas pelos corredores.

Num contraponto à cobrança disciplinar apresentada, ressalta-se que é constatado nos relatórios analisados que existiram momentos de grande celebração, alegria e festividade. Longe de uma análise histórica engessada, ou de uma compreensão maniqueísta, se aponta aqui a existência da mistura, da simultaneidade, entre a severidade e o possível espaço para o afeto na educação dessas meninas. Panorama que é expresso nos relatórios, quando são destacadas preocupações com os sentimentos das meninas e a importância dos momentos de confraternização e alegria para que fosse quebrada a sua rotina de exigências e disciplinamento.

De acordo com os relatórios, aos domingos e nos aniversários, as meninas podiam receber visitas, o que, provavelmente, as deixassem animadas e, por vezes, tristes pela

ausência de alguém que era esperado ou que nunca viria. As festas religiosas ou comemorativas ocorridas durante o ano eram motivo de grande comoção. No dia do aniversário do Asylo, havia festa, todos comiam bolo e assistiam juntos aos fogos de artifícios.

Neste momentos, havia exposições de trabalhos manuais, apresentações de teatro, cantos e poesias. Dessa forma, era dada visibilidade ao trabalho desenvolvido no Asylo, bem como aos trabalhos realizados pelas meninas. Uma quantia da venda dos trabalhos manuais era depositada em uma caderneta pessoal das internas, que era liberada a cada uma no momento da saída da instituição.

No que tange ao ensino ministrado, ele era primário e moldado de acordo com o programa oficial do estado. Os exames finais eram realizados por uma banca examinadora presidida pela madre superiora e professores de outras escolas da cidade e durava o dia inteiro.

Segundo os relatórios, as meninas que completavam o curso primário aprendiam, a partir da década de 1900, em coerência com sua vocação e interesse, a datilografia, enfermagem, o corte, a costura e o bordado. As interessadas, ainda poderiam continuar seus estudos no Colégio Santa Joana d'Arc, que possuía ensino normal.

Em relação às profissões disponíveis às mulheres, na virada do século XIX para o XX, duas eram culturalmente associadas à figura feminina: a enfermagem e a docência (TAMBARA, 2002). O ensino da datilografia

pode estar relacionado a um mercado de trabalho em função das editoras e os jornais que existiam em Rio Grande (LONER, 2001 e MARTINS, 2006). Já o corte, costura e bordado, bem como as lidas domésticas e de limpeza do lar, possibilitariam tanto a sua atuação como empregadas domésticas, como de servente ou costureira nas fábricas que foram fundadas na cidade a partir da década de 1870.¹²

Destaca-se que o ensino profissionalizante, pode ser considerado uma singularidade e um ingrediente fundamental para a caracterização da identidade institucional do Asylo Coração de Maria¹³. Isso porque, a efetivação deste tipo de ensino está diretamente relacionada a uma configuração sociocultural cidadina.

Sendo uma zona portuária de destaque do sul do Brasil, na história da cidade do Rio Grande, entre imigrantes, comerciantes, escravos e uma vasta população que habitava cortiços, sempre estiveram presentes as prostitutas (MARTINS, 2006 e TORRES, 2015). O medo de que as meninas asiladas seguissem esse caminho é como uma sombra que se esconde nas entrelinhas dos documentos. A “preocupação com as possibilidades de vida que as esperam”, o desejo de “possibilitar uma

vida com boa moral e dignidade” e de que “fossem mulheres dignas de respeito”, sempre é mencionado nos relatórios como fundamento para o ensino e o preparo da asilada para o trabalho. Pode-se afirmar que essa preocupação com o encaminhamento social das meninas permeava todo o trabalho desenvolvido nesta instituição.

Sentana e Moura (1989) e Caldeira (2014) afirmam, e os documentos comprovam, que muitas meninas saíam dos asilos para trabalhar como domésticas nas casas de família ou para o casamento. Mas fica aqui o questionamento sobre o que acontecia com aquelas que não casavam ou que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho para o qual estava sendo preparadas? Pode-se postular que algumas seguiram a vida religiosa ou o que seria a opção de trabalho mais temida pelas instituições: a prostituição.

Ainda sobre o ensino profissionalizante ministrado no Asylo, ressalta-se que, para além da motivação institucional que impulsiona a efetivação desse tipo de ensino, é preciso enfatizar a sua importância no contexto citadino. Afinal, foi a partir desta iniciativa que se abriu um pouco mais o leque de possibilidades de trabalho para jovens que jamais teriam como custear sozinhas algum curso profissionalizante. O que evidencia não apenas a existência de uma oportunidade de ascensão sociocultural dessas meninas desvalidas, através de um futuro como professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, trabalhadoras fabris e no comércio.

¹² Dentre elas, Fábrica Rheingantz (1873), Fábrica Aliança (1876), Fábrica Beneri & Farinha (1889), Leal Santos (1889), Indústria Llopart (1902) e a Fábrica Pook (1891) (MARTINS, 2006).

¹³ Para Werle (2007) identidade institucional é tudo o que confere à instituição um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.

Evidencia, também, a aposta institucional no sustento feminino, independente do casamento.

Considerações finais

Pelo que foi exposto, podemos apreender que a educação das internas do Asylo Coração de Maria era pautado pela religiosidade respaldado pelo olhar disciplinador das religiosas. Essa característica, elucida uma relação entre a religião e a obediência, bem como o cultivo da submissão e de uma ordem de poder hierárquica entre as meninas e as religiosas. As meninas se enquadravam em muitas regras de conduta. No entanto, algumas tentavam burlá-las. Fato que impulsionou a elaboração de medidas de punição para a preservação da ordem almejada no ambiente institucional.

Ao lado da tensão entre normas e práticas, situações de afetividade e celebração são pontuadas nos documentos analisados. Esta situação remete à necessidade de que o historiador tenha sempre a ideia de que todo o objeto histórico carrega em si uma multiplicidade de signos e sentidos.

Neste estudo, foi enfatizado que, nos documentos analisados, havia o receio de que as meninas, sucumbissem ao possível caminho da prostituição, o que seria comum entre meninas órfãs, numa cidade com o perfil citadino portuário de Rio Grande.

Tal fato leva ao entendimento que foi esse um forte motivo pelo qual o ensino de

ofícios foi disponibilizado às asiladas. As instituições asilares surgem como uma alternativa de viabilizar a inserção social dos menos favorecidos em um processo de urbanização em que há grandes desigualdades sociais. Esse era o interesse da Igreja Católica e de grupos sociais ligados à elite econômico-cultural: buscar a “ordem social”. O Asylo não se manteria como uma instituição centenária sem que houvesse essa comunhão de interesses voltados para a inserção social de jovens que se encontravam em situação extrema vulnerabilidade social. Situação que evidencia o temor entre as religiosas de que suas meninas não estivessem mais em concordância com as regras de moralidade e bem viver social, bem como sinaliza uma abertura para a inserção das mulheres desvalidas no mercado de trabalho.

É preciso acrescentar que este breve estudo não se esgota aqui pela complexidade e riqueza do tema tratado. Buscamos suscitar questões e destacar singularidades acerca de um contexto educacional propiciado para meninas em situação de vulnerabilidade social em Rio Grande, RS. Lócus repleto de preconceitos, conflitos socioculturais, ainda pouco abordados nos estudos históricos educacionais.

Referências

BORTOLUZZI, Pe. Octávio Cirillo. *Documentário*. 2. ed. Porto Alegre: Gráfica Dom Bosco, 1996.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio

de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. *O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPEL), 2014.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1997.

JORNAL ECHO DO SUL. Rio Grande, 1858 a 1950.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em:

<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPEL, 2001.

MACIEL, Patrícia Daniela. Instituto Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição: estudo da educação das meninas abandonadas no século XIX. In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2002. *ASPHE - Iconografia e Pesquisa Histórica*. Gramado: Seiva, 2002. p. 291-303.

MALIKOSKI, Adriano e KREUTZ, Lucio. A cultura escolar como categoria de análise na

produção de narrativas históricas sobre educação. *Revista Textura* Canoas n.32 p.245-260 set./dez. 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: FURG, 2006.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, educação e direitos sociais: Asilo de Órfãs (1870-1960)*. Campinas: UNICAMP/CMU, 2004.

NEVES, Décio Vignoli. *Vultos do Rio Grande*. Santa Maria: Palloti, 1980.

PERUZZO, Rosária Sperotto. *Abrigo de Menores: Híbridões na Constituição de Si*. 1997. 302f. *Dissertação (Mestrado em Educação)* – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

REGIMENTO da Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1860.

REGIMENTO interno do Asylo Coração de Maria, 1862.

RELATÓRIO apresentado ao conselho do município do rio grande, 1900 a 1950.

RELATÓRIOS do Asylo Coração de Maria, 1900 a 1950.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia.

História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SENTANA, Ana Lucia e MOURA, Kátia. Asilo de Órfãs Coração de Maria. In: *Metodologia e Técnica em Pesquisa Histórica*. Rio Grande: FURG, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil (1821-1823)*. São Paulo: Horizonte, 1988.

SOUSA, Celita Maria Paes. Casa das educandas ou recolhimento das educandas: instituição para meninas desvalidas no Pará. No século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 224-234, out 2011. Disponível em: ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/download/3178/2840

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre o século XIX e XX. *Revista Contemporânea de Educação*, v.4, nº7, 2009. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1571/1419>

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, feminização e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública - 1880/1935. In: HYPOLITO, Álvaro; VIEIRA, Jarbas; GARCIA, Maria Manuela (Orgs.). *Trabalho docente: formação e identidades*. Pelotas: Seiva, 2002.

TORRES, Luiz Henrique. A Casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande. *Revista Biblos*, v.20, 2006. Disponível em:

<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>

_____. *Rio Grande em tempos de cólera*. Rio Grande: Pluscom, 2015.

VIDAL, Diana e SCHWARTZ, Cleonara (orgs). *História das Culturas Escolares no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2010.

WERLE, Flávia. Espaço escolar e história das instituições escolares. *Revista Diálogo Educ*, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007. Disponível em:

<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=1579&dd99=pdf>

_____. História das Instituições Escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, (Orgs). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.